

## **Juventude, Cultura Cívica e Cidadania**

**Aluna: Mariana Barroso Gago**  
**Orientadora: Ângela Randolpho Paiva**

### **Introdução**

A pesquisa busca uma reflexão acerca dos conceitos de cidadania e cultura cívica em um segmento específico - a juventude. O estudo, em sua fase anterior, aplicou questionários para alunos entre 16 e 18 anos estudantes de escolas das redes pública, particular e pública “de excelência” situadas em três áreas da capital fluminense – Barra da Tijuca, Tijuca e Zona Sul. Nessa ocasião, foi gerado um banco de dados de 1.000 questionários, além de 25 grupos focais realizados nas mesmas escolas. Dentro das várias possibilidades de análise, uma questão que despertou a minha atenção é mais especificamente a percepção desses jovens entrevistados sobre o problema da construção da cidadania no Brasil, quando percebi como esse processo está ligado à desigualdade social e política do país. A preocupação deste trabalho é compreender o pensamento de uma parcela significativa da juventude carioca a respeito das percepções sobre cidadania e cultura cívica, e identificar possíveis “juventudes”.

### **Objetivos**

O principal objetivo da fase analítica da pesquisa é explorar o vasto banco de dados em conjunto com a parte qualitativa desenvolvida em etapas anteriores. O foco desse estudo são as questões levantadas acerca das impressões dos jovens sobre: a) cidadania no que diz respeito aos direitos e deveres dos cidadãos; b) cultura cívica, mais especificamente, as questões do voto facultativo entre 16 e 18 anos, a democracia, e a confiança nas instituições; e c) participação política no que concerne o envolvimento dos jovens em alguma forma associativa. O propósito da análise é identificar semelhanças e assimetrias entre as redes de ensino.

A pesquisa observa de que forma os jovens estudantes das diferentes redes de ensino da cidade do Rio de Janeiro – pública, pública de excelência e particular - percebem a cidadania brasileira, avaliam a cultura cívica e a exercitam. A análise explora temas como direitos, participação cívica e, confiança nas instituições democráticas, medos e opinião sobre questões que estão em debate na sociedade como aborto, racismo, desigualdade social, entre outros. A preocupação em estudar as redes pública e particular de ensino se faz pertinente por apontar distâncias e aproximações de visões e de vivências de mundo entre esses segmentos. Ao realizar esta divisão, tenta-se perceber de que forma estes grupos, que representam de um lado, uma parcela incluída e de outro, uma parcela à margem do acesso aos bens sociais, entendem e experimentam a cidadania.

### **Metodologia**

Em um primeiro momento foi feito um levantamento bibliográfico que servisse de alicerce teórico para tratar dos temas centrais da pesquisa que já estava em andamento - juventude, cultura cívica e cidadania. O segundo passo foi a análise propriamente dita do banco de dados e dos grupos focais com o intuito de selecionar os itens a serem examinados.

Na primeira fase da pesquisa, desenvolveu-se um questionário que contemplasse as indagações acima apresentadas. Este questionário foi aplicado entre 2004 e 2006

contabilizando um *survey* com um total de mil questionários respondidos por jovens alunos com idade entre 16 e 18 anos.

Realizaram-se também grupos focais com alunos escolhidos aleatoriamente em 15 escolas particulares e públicas. Essas entrevistas visaram aprofundar as reflexões dos jovens acerca dos temas desenvolvidos mais parcialmente no questionário. Esses dados qualitativos foram importantes para capturar nuances que não ficaram claras nas estatísticas do *survey*.

No momento, a pesquisa se encontra, justamente, na etapa de análise dos bancos de dados – quantitativos e qualitativos. Alguns resultados já percebidos serão relatados adiante. Entretanto, ainda há muito que explorar, seja para que se esgote a quantidade de variáveis contidas no banco de dados, seja para que se criem novas formas de interpretar as mesmas variáveis, ou ainda alimentar esse banco com novos questionários. Esta será a tarefa que será desempenhada na etapa final desta pesquisa, juntamente com a tentativa de retorno às escolas para apresentação de resultados e de artigos, dissertações de mestrados que se apoiaram no banco de dados.

## **Referencial teórico e análise de resultados**

### **1) Juventude**

. Em um primeiro momento, apresentaremos uma definição que nos esclareça a relevância sociológica do grupo juventude. Em seguida, partiremos aos dados empíricos colhidos que nos revelarão as principais características dos jovens pesquisados.

O jovem, enquanto adolescente, nasce no século XX com a Cultura de Massas. A partir, principalmente, da segunda metade do século, essa camada da população tem a sua força social reconhecida no mundo ocidental. No contexto internacional, Maio de 1968 foi o principal marco do cunho transformador e revolucionário da organização juvenil. No Brasil da ditadura militar dos anos 60 e 70 a luta contra o governo autoritário se deu, majoritariamente, pelos jovens. O estudioso de Movimentos Sociais Alain Tourraine aponta a força de categorias como a descrita acima para propor uma transformação social. Não se trata de uma revolução que significaria a queda do status quo por completo, mas mudanças no interior do próprio sistema social e político vigente. No caso aqui, o jovem não busca por um reconhecimento de identidade propriamente dito. Mas é um (auto)reconhecimento do poder de transformação, de mudança. Esses exemplos mostram como a juventude tornou-se um ator social em potencial, cujas principais inquietações e demandas refletem as da sociedade como um todo. Com lideranças políticas em grande parte rejuvenescidas, o futuro de um país está nas mãos da juventude. Resumindo nas palavras de Madeira e Rodrigues (1998) estudar juventude “implica sobretudo considerá-los [os jovens] como atores com os quais é possível e necessário estabelecer uma relação dialógica, construindo espaços que permitam e favoreçam a formulação de soluções aos seus problemas – que em última instância, são também nossos problemas, são questões de toda a sociedade”.

Apesar do explicado nas linhas acima, não é raro, no senso comum, escutarmos, que com a redemocratização do país, a juventude brasileira caiu em apatia e desinteresse por problemas nacionais e causas sociais. A pesquisa pretende verificar, ou desmistificar, esses consensos.

Ainda falando de juventude, a literatura brasileira sobre o tema reforça que o jovem, no Brasil, atualmente tem uma falta de perspectiva concreta diante do cenário de violência urbana e falta de acesso aos bens sócio-culturais vivenciado pela maioria. Muitas vezes o futuro se resume a alternativas “fáceis” e imediatas, como a entrada para o tráfico de drogas, ou um fim precoce, principalmente por moradores de áreas carentes, do sexo masculino, jovens e de pele negra. Madeira e Rodrigues (1998) em *Fala,*

*galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro* mostram esse dilema da juventude brasileira nas camadas mais pobres da sociedade. O paradoxo consiste em ser, ao mesmo tempo, ator do processo do conflito causado pela presença ostensiva do narcotráfico armado em determinadas regiões da cidade, e vítima da falta de respostas a demandas e inquietações gerada, muitas vezes, por esse mesmo conflito. Os autores chamam atenção para a importância desse segmento social – juventude – que além de corresponder a cerca de 20 % do contingente populacional, deve ser encarado como um forte candidato a sujeito social do presente, e principalmente, agente do futuro.

Distinguimos algumas linhas de estudos de especialistas em juventude. Morin (ano?) analisa os fatores sociais que desencadearam o florescimento da classe juvenil. Segundo ele, o principal fenômeno observado nas últimas décadas é o desaparecimento de uma ruptura marcada entre a idade da infância e a adulta. Trata-se de um processo. Ele explica que com o surgimento da família nuclear, centrada no casal, em detrimento da patriarcal, os filhos ficam em evidência. Essa é a razão principal apontada pelo autor para justificar o alargamento etário do conceito de juventude atualmente. Com a diluição familiar, o jovem vai adquirir outros pontos de referência institucionais como a Nação ou a Igreja, e mais recentemente, a cultura de massas.

O autor não aborda apenas a questão do surgimento de uma classe adolescente, mas aponta as implicações dessa falta de ritos de passagem entre a infância e a idade adulta. As sociedades ditas primitivas costumam ter marcos de iniciação, que materializam a transição entre uma fase e outra da vida. A partir do século XX, no mundo ocidental, surge a adolescência que passa a ser enxergada como um período de adaptação à idade adulta. Não é mais um único fator que determina se o indivíduo deixa ou não de ser considerado criança, mas um conjunto de acontecimentos. Esse cenário nos leva ao principal dilema adolescente, o de, por uma lado, ser autêntico, afirmando que está se distanciando da idade infantil, e, ao mesmo tempo, tentar se enquadrar nos limites e hábitos da sociedade adulta.

Ainda segundo Morin, existem três características que fazem da juventude moderna uma possível categoria analítica sociologicamente falando. A primeira delas é que principalmente a partir da segunda metade do século XX, podemos observar um movimento de degeronocratização generalizado. Há um culto à juventude, que passa a ocupar o centro das atenções. O importante não é mais a faixa etária em si, mas a “adesão ao movimento”. Ser jovial passa a ser mais valorizado do que a data de nascimento propriamente dita. O reflexo desse fenômeno pode ser visto em um rejuvenescimento de alguns setores, na política, nas empresas, na cultura de massa. A segunda característica dessa juventude ressaltada por Morin é a constituição, que se observa a partir da metade do vigésimo século, de uma classe adolescente em escala mundial, que não se restringe mais apenas ao Ocidente. O fato do modelo dominante para os jovens ser os valores divulgados pela imprensa e pela cultura de massas, e o declínio da família e da escola é a terceira característica levantada por Morin para justificar o estudo da juventude enquanto categoria social.

Por outro lado, a chave analítica de estudo da juventude para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) é a desigualdade social. O “jovem estudante” se opõe ao “jovem trabalhador”. No nosso caso específico essa dicotomia não se faz pertinente por pesquisarmos uma juventude escolarizada. De qualquer forma, a temática da classe social nos é cara, tendo em vista que lidamos com alunos da rede pública e privada carioca. Para o autor, a diferença das duas categorias, marca as diferentes trajetórias juvenis. Os fatores que ele enumera são a renda familiar, as oportunidades de acesso a bens culturais e sociais, o trabalho precoce, o acúmulo de capital intelectual. A herança

familiar, em todos os sentidos, é determinante no futuro desses dois jovens, lhes conferindo pontos de partida para a vida adulta desiguais. O autor afirma que:

Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos “jovens” que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar, do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatros e cinema a preço reduzido. (...) entre essas posições externas, o estudante burguês e, do outro lado, o jovem operário que nem mesmo tem adolescência, encontramos hoje todas as figuras intermediárias. (BOURDIEU, 1983)

Outra corrente de pensamento falando em juventude defende uma análise mais cultural da categoria sociológica. Falar em juventude é também falar de “tribos”, pertencimento. Apesar de não tratarmos especificamente essa questão de identidade de grupo, compreendemos a importância do aspecto heterogêneo quando falamos em juventude, principalmente em uma metrópole tão diversificada quanto o Rio de Janeiro.

### **1.1) Descrição do jovem**

As próximas linhas se destinarão a descrever o jovem com o qual trabalhamos na pesquisa a ser analisada mais especificamente. Como já mencionado na introdução do trabalho, estamos estudando uma camada bem precisa da categoria juventude carioca. Jovens estudantes do ensino médio que tem entre 16 e 18 são o nosso público. Público de certa forma restrito. Nas camadas sociais mais desfavorecidas, o jovem dessa faixa etária é o protagonista da evasão escolar por conta da entrada no mercado de trabalho, ou do atraso na idade escolar. Lidamos, portanto, com condições ideais que nem sempre são as encontradas na realidade do Rio de Janeiro.

As escolas se localizam em três áreas da capital fluminense, bairros da Zona Sul (Gávea, Catete, Copacabana, Leblon), Tijuca e Barra da Tijuca, onde a desigualdade social, chave analítica do nosso trabalho, se faz latente. São bairros onde a convivência de camadas com os maiores IDHs<sup>1</sup> da cidade e camadas carentes, moradoras de favelas, se faz presente. O grupo foi entrevistado entre os anos de 2004 e 2006, tendo portanto nascido entre 1988 e 1990. Todos filhos da atual Constituição Nacional, já vieram ao mundo conhecendo um Brasil redemocratizado. A faixa etária selecionada não foi despreziosa. Falamos de um público escolarizado que responde a questões sobre suas percepções, seus sentimentos em relação à cidadania e cultura cívica. Podemos afirmar que trata-se da primeira geração que não viveu o período de ditadura militar que está na faixa do voto facultativo<sup>2</sup>.

A questão educacional nos é, de certo modo, central. Apesar de não ser o nosso principal foco, julgamos pertinente tratar, assumidamente de forma superficial, alguns aspectos da educação brasileira. Durante a modernização brasileira, uma das preocupações governamentais era a democratização do ensino, outrora exclusividade dos mais abastados. No entanto, com a extensão da educação, direito social republicano, para as camadas menos favorecidas, observou-se paralelamente um esvaziamento da escola pública pela parte das classes média e alta, em detrimento de um ensino particular. Com essa migração, a escola pública virou sinônimo de política para os mais

---

<sup>1</sup> Índice de Desenvolvimento Humano que usa como parâmetros a educação, esperança de vida e renda per capita para ser calculado.

<sup>2</sup> No Brasil, a partir da Constituição de 1988, o voto é obrigatório entre os 18 e 70 anos. Fica determinado também que o jovem de 16 a 18 anos, e o idoso a partir dos 70 anos completos são contemplados pelo voto facultativo.

pobres, ao invés de desempenhar seu papel de luta pela igualdade de oportunidades. De qualquer forma, lembramos que trata-se apenas de uma contextualização sucinta da realidade educacional brasileira. O tema aborda debates e reflexões complexas que não são o alvo de nosso trabalho. De qualquer forma, é uma temática que perpassa a pesquisa como um todo.

Pesquisamos em escolas das redes pública e particular de ensino. Da categoria “escola pública” extraímos uma outra “escola pública de excelência”. São as instituições federais, ou colégios de aplicação. A distinção se fez necessária por percebermos que é um público intermediário, muitas vezes comparado ao das escolas particulares. Ao analisarmos essas três categorias de análise, pudemos identificar ora semelhanças, ora diferenças entre os jovens das redes de ensino estudadas. Se estruturalmente – familiar e religiosamente falando – apresentam diferenças significativas, medos, inquietações são diversas vezes bastante próximos. Em termos quantitativos, das 25 escolas que tiveram seus alunos entrevistados 35% eram da rede pública, 21,3% da rede pública de excelência e 43,7% da particular.

O primeiro item do questionário que serviu de base para a pesquisa a ser analisado é a escolaridade dos pais. Nesse caso, as discrepâncias entre as redes pública e particular são facilmente observadas na tabela abaixo:

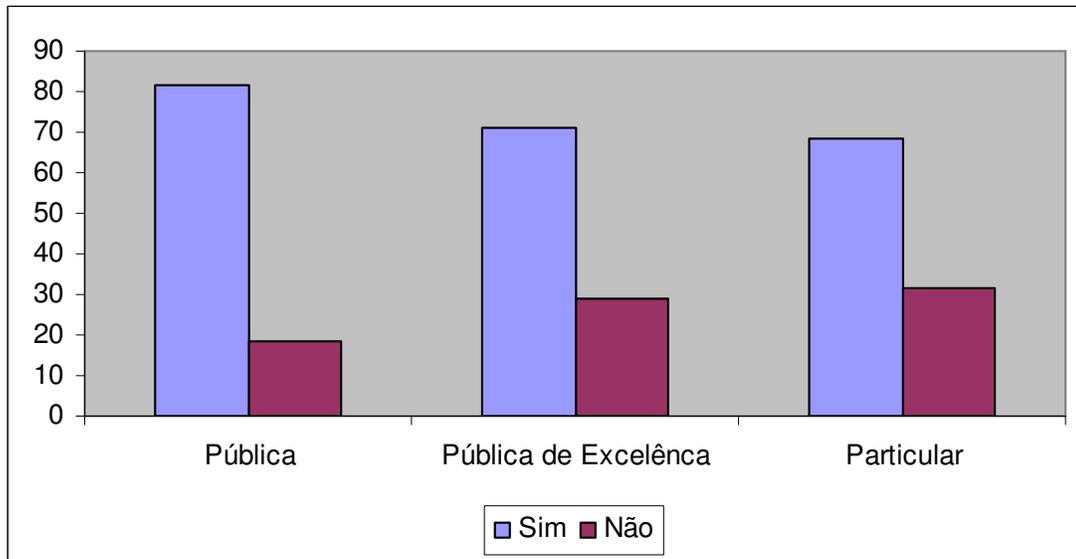
### **Grau de instrução do Pai**

|               | Pública     | Pública<br>Excelência | de<br>Particular |
|---------------|-------------|-----------------------|------------------|
| Fundamental   | <b>41,3</b> | 4,2                   | 0,9              |
| Médio         | <b>39,8</b> | 15,5                  | 5,6              |
| Superior      | 13,8        | <b>48,4</b>           | <b>48,5</b>      |
| Pós-graduação | 2           | <b>31</b>             | <b>44,8</b>      |
| Não estudou   | <b>2,6</b>  | -                     | -                |
| Não respondeu | 0,6         | 0,9                   | 0,2              |

Aqui, temos a constatação de que o público das escolas de “excelência” e “particulares” se aproximam. Ambas categorias concentra a maioria dos alunos cujo pai tem, no mínimo ensino superior. Por outro lado, outro dado que chama a atenção é que, além de mais de 80% dos pais dos alunos das escolas públicas terem até o ensino médio, 2,6% deles não chegou nem a estudar. Essa tabela aponta com bastante clareza o público que frequenta cada uma das redes de ensino e uma de suas disparidades estruturais.

Outro item analisado para definir o jovem pesquisado foi a questão da religiosidade. Perguntamos se o aluno possui alguma religião, e em seguida qual é a frequência ao culto. Nesse caso, diferenças gritantes entre as redes de ensino apareceram.

### Você possui Religião



Na tabela acima podemos constatar que as respostas entre as redes de ensino foram bastante próximas, com os alunos da rede pública afirmando em porcentagem ligeiramente superior que possuem uma religião. O que nos despertou atenção nesse quesito foi a relação do jovem com a sua religiosidade. Os alunos das redes particular e pública de excelência são em maioria católicos não praticantes. As religiões pentecostais estão mais presentes entre os alunos de escolas públicas. Como sabemos, uma das principais características dessa religião é a prática constante, a vivência do culto. Por conta disso observamos uma maior assiduidade do aluno de escola pública em geral ao culto religioso. Durante os grupos focais realizados ao longo da pesquisa essa questão foi abordada. Quando provocados, os alunos da rede particular deram inúmeras explicações para o fato, argumentando com base na desigualdade social, como podemos verificar abaixo, na fala de um aluno da rede particular de ensino:

*“Eu acho que, como eles têm uma condição pior, eles se apegam mais à religiosidade, como uma válvula de escape. Como uma esperança de que alguma coisa vai mudar, que a situação vai melhorar.”*

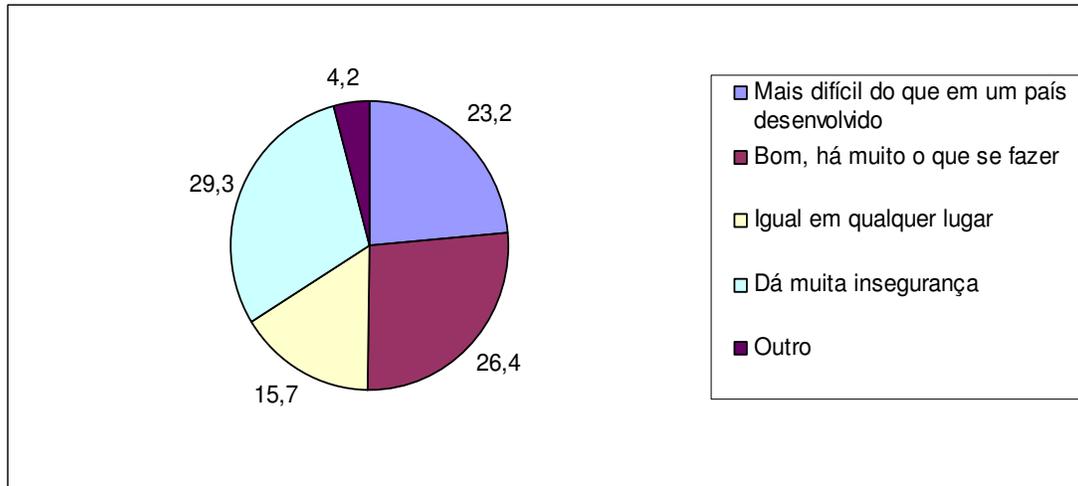
Acreditamos que essas duas variáveis, grau de instrução do pai e a relação com a Religião, traçam um perfil sócio-econômico cultural dos jovens pertencentes às três redes de ensino estudadas. Descobrimos que, nesses quesitos, a desigualdade social, medida pela escolaridade, é latente. Observamos dois grupos distintos, opostos. Lidamos, portanto, com grupos estruturalmente díspares.

#### **1.2) Sentimentos, anseios, medos**

A seguir, analisaremos os sentimentos juvenis sobre a própria condição do Ser Jovem e suas expectativas, medos em relação ao presente, e ao futuro.

Na tabela abaixo, observamos que mais de 50% dos jovens entrevistados tem uma visão pessimista e insegura ao encarar o “ser jovem” respondendo às alternativas “mais difícil do que em um país desenvolvido” e “dá muita insegurança”. Do outro lado, temos um total de 20% das respostas concentradas em “Igual em qualquer lugar” e “Outro” que podem ser interpretadas por uma apatia da classe juvenil, ou simplesmente desinteresse, fazendo coro com a teoria descrita na introdução do capítulo, que afirma que a força organizacional juvenil brasileira se acomodou com a redemocratização do país.

### **Ser jovem no Brasil é...**



Durante a realização dos grupos focais, pudemos perceber as interpretações dos interpelados sobre os resultados quantitativos acima apresentados. Se o jovem estudante da rede pública de ensino se considera invisível, órfão do poder estatal, o da rede particular responsabiliza a própria juventude por essa apatia.

*“É uma falta de compromisso com os jovens que o governo adotou, deixando os jovens ao deus dar e só por conta da família. Eu acho que o governo devia investir mais no sistema de educação e dar mais crédito aos jovens.”*

*(Depoimento de jovem de escola pública)*

*“O jovem dorme. Ele dorme pro mundo, ele dorme pra sociedade. Ele não se esforça pra acordar. É necessário um esforço. É difícil, mas é necessário, é necessário pra mudança. Normalmente uma mudança boa exige esforço.”*

*(Depoimento de jovem de escola particular)*

No primeiro depoimento, a fala do jovem estudante denuncia a ausência de igualdade de oportunidade não pode ser suprida apenas pela instituição familiar. Ele cobra investimentos, projetos e políticas públicas especificamente voltadas para os jovens. Em contraponto, o jovem de escola particular destaca uma falta de vontade de mudanças por parte da juventude.

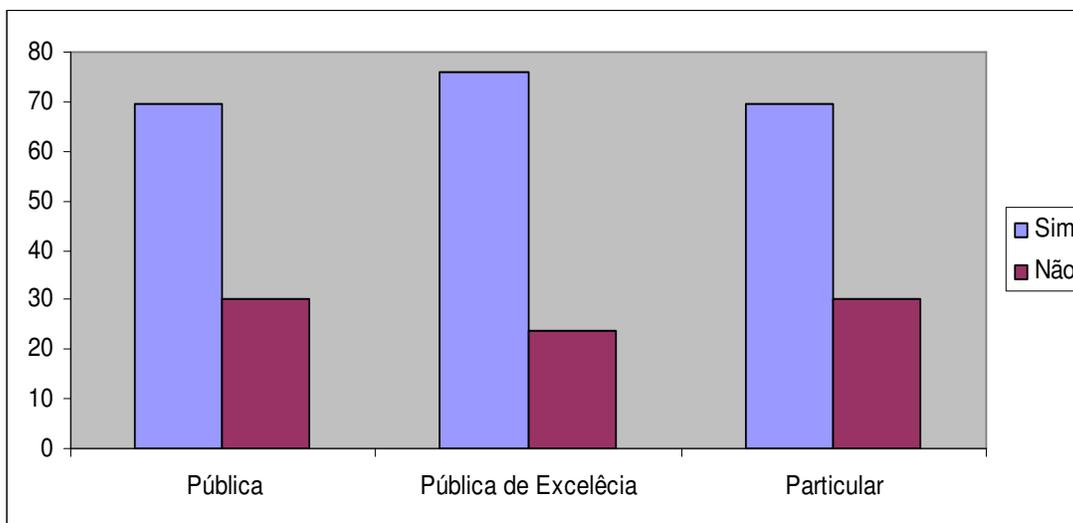
Outro ponto abordado pelo questionário, e grupos focais, da pesquisa foram os medos dos jovens. Quais seriam as principais angústias, anseios e inquietações? Encontraríamos mais diferenças, ou unidade nos relatos?

É possível estabelecer uma relação direta entre os principais medos dos adolescentes e suas vivências sociais – moradia, renda familiar, mas igualmente similaridades. O

problema da – falta de – segurança pública é campeã. O medo de ser vítima de algum tipo de violência é o maior entre as três redes de ensino. Vale ressaltar que estamos tratando dos bairros mais seguros do Rio de Janeiro. Mesmo que os principais estudos de violência apontam os jovens de periferia, do sexo masculino e negros como maiores vítimas da violência urbana carioca, esse medo assombra igualmente os moradores de classe média.

Outro medo bastante citado, que também une os jovens das diferentes redes de ensino, é em relação ao futuro profissional. Apesar de sabermos que quase 100% dos estudantes de escolas particulares ingressam para uma universidade, e que o percentual para o estudante de escola pública é bem inferior – tendo como nítida exceção as escolas da rede pública de excelência – o mercado de trabalho é central nas preocupações, aflições e medos.

### **Medo em relação ao Mercado de Trabalho**



*“A gente não está preparado pro mercado de trabalho e nem pra entrar na universidade. Não é bom o ensino. Esse ensino é incapaz de levar a gente pra universidade.”*

*(Depoimento de um jovem de escola pública)*

Constatamos a partir dessa tabela e do relato de um aluno da rede pública de ensino, que o corte de classe social não interfere em certos medos da juventude. Nesse exemplo da expectativa quanto ao mercado de trabalho os jovens respondem quase como em um coro, não havendo distinções significativas entre as diferentes categorias escolares.

Nesse fragmento do capítulo pretendemos descrever os sentimentos em relação à juventude, e os medos apresentados na pesquisa. Graças aos resultados conseguimos observar que, mesmo que não possamos negar a heterogeneidade como característica gritante da parcela juvenil estudada, existe uma unidade no que concerne esses sentimentos e anseios. Assim, podemos justificar o fato de se falar em uma categoria analítica: a juventude.

### 1.3) O que pensa esse jovem sobre questões da sociedade atual

#### ❖ Direitos da mulher e Casamento Homossexual

#### **Direito das mulheres**

|                             | Todos os entrevistados (%) |
|-----------------------------|----------------------------|
| Ainda são discriminadas     | <b>77</b>                  |
| Já conquistaram os direitos | 15,6                       |
| Não sei opinar              | <b>7,2</b>                 |
| Não respondeu               | 0,2                        |

Quando indagados sobre o direito – ou a falta deles – das mulheres, os alunos reconhecem que ainda vivemos em uma sociedade predominantemente machista. Observamos que 77% dos efetivo total de jovens entrevistados acreditam que as mulheres ainda são discriminadas. Apesar disso, uma porcentagem significativa (7,4%) não souberam opinar ou responder sobre o assunto. Essa tabela reflete os dados concentrados, abaixo, quando tratamos sobre a proibição do aborto no Brasil as respostas foram separadas por rede de ensino.

#### **Opinião sobre aborto**

|                   | Pública     | Pública de excelência | Particular  |
|-------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Direito da Mulher | 24,6        | <b>63,8</b>           | <b>66,1</b> |
| Um crime          | <b>56,4</b> | 20,7                  | 26,1        |
| Um pecado         | <b>18,6</b> | 14,6                  | 4,6         |
| Não respondeu     | 0,3         | 0,9                   | 3,2         |

Essa tabela nos traz uma constatação bastante interessante e reveladora sobre os jovens estudados. No quadro anterior, vimos que na opinião da maioria dos estudantes, a mulher ainda não conquistou uma condição de igualdade em relação ao homem. No entanto, quando questionados a respeito da proibição do aborto no Brasil, os jovens da rede pública a defendem, classificando como uma aberração ou um crime. Por outro lado, as duas outras redes de ensino, em sua maioria, acreditam que deveria ser um direito legalizado. Possivelmente, essas categorias “crime” e “aberração” estão ligadas à crença religiosa. Como vimos no início do capítulo, o jovem da escola pública é mais religioso, e frequenta mais assiduamente o culto em relação ao da escola particular e pública de excelência.

Na contramão da polêmica da legalização ou proibição do aborto, a questão do casamento entre homossexuais foi mais bem recebida pelo jovens de uma maneira geral. De qualquer forma, na escola particular, a aceitação é praticamente unânime (81,9%). Já nas redes públicas, considerar o casamento entre cidadãos do mesmo sexo divide opiniões entre um “direito” e uma “aberração” ou um “pecado”. Mais uma vez a noção religiosa de pecado aparece com um percentual relevante.

### **Casamento entre Homossexuais**

|               | Pública     | Pública<br>excelência | de<br>Particular |
|---------------|-------------|-----------------------|------------------|
| Um direito    | <b>57,3</b> | <b>67,1</b>           | <b>81,9</b>      |
| Uma aberração | 21,5        | 23,9                  | 15,6             |
| Um pecado     | <b>21,2</b> | 8,5                   | 1,6              |
| Não respondeu | -           | 0,5                   | 0,9              |

#### ❖ Questão Racial

Ainda tratando de discriminação, conversamos com os jovens também sobre a existência ou não de racismo na sociedade brasileira. Essa questão não foi muito bem explorada nos dados quantitativos. Os grupos focais trazem mais nuances para o debate conforme relatos abaixo:

*“Eu acho que a sociedade é muito hipócrita. Ela diz que não tem [racismo], mas tem sim. Os negros, os escravos subiram o morro e eles ficaram ali desprivilegiados e continuaram na mesma até hoje. De lá pra cá continuou a mesma coisa, só mudou o sistema.”*

*(Depoimento de jovem de escola pública)*

*“Eu acho que a sociedade colocou isso que o preto é safado, é ladrão e não presta. Isso se retrata muito em novela. Você não vê uma empregada bonitinha, loirinha de olhos claros. A empregada é sempre negra.”*

*(Depoimento de jovem de escola particular)*

Ambos os depoimentos mencionam uma suposta “hipocrisia” social em relação à questão racial no país. Poderíamos comparar as falas acima com a teoria da democracia racial de Florestan Fernandes (ano). Os jovens percebem que, apesar de não haver um conflito explícito entre negros e brancos, há uma discriminação velada. O exemplo dado pelo aluno de escola particular reflete essa situação. Ele comenta a representação social nas telenovelas. O comentário do aluno de escola pública associa a discriminação à falta de políticas públicas de inserção social do negro que data desde a abolição da escravatura.

## **2) Cidadania**

O economista inglês T. H. Marshall narra a história da conquista dos direitos na Inglaterra. O autor analisa o processo de universalização dos direitos por parte dos cidadãos ingleses descrevendo etapas de construção da cidadania. Vale lembrar que o caminho da Inglaterra em direção a esta conquista do sujeito de direitos não é um caminho “natural”, mas está imerso em um contexto sócio-econômico bastante específico.

Marshall aponta o início da obtenção da cidadania inglesa com os direitos civis no século XVIII. Por direitos civis ele entende todos os que são ligados às liberdades individuais, ao direito à vida e à propriedade privada. Uma instância soberana de poder deve garanti-los para assegurar que os indivíduos sejam iguais em termos legais. A partir disso, a figura do Estado aparece como determinante para a manutenção e expansão da cidadania e defesa dos interesses individuais. Nesse momento surge uma pressão para um governo democrático que onde o cidadão possa ele próprio interferir e resguardar seus direitos.

Em um segundo momento vem a emergência dos direitos políticos como segundo passo para a conquista de uma cidadania plena. Basicamente, eles se referem à concessão do direito de votar e se tornar elegível. Eles são uma consequência dos direitos civis, traçando um percurso ao encontro de uma democracia representativa.

Para contar a história dos direitos sociais, que foram conquistados no século XX, Marshall contextualiza seu leitor. Na Inglaterra pós-Revolução Industrial, o capitalismo nutria uma desigualdade gritante onde operários sobreviviam em condições sub-humanas. O Estado, pressionado por essas demandas sociais em meio a crises econômicas, expansão do socialismo e guerras mundiais, encontrou na garantia de um bem estar social a solução da manutenção de um sistema capitalista mais justo.

Apesar da trajetória dos direitos e da universalização da cidadania inglesa ser diferente do processo brasileiro, é relevante ressaltar que ela é fruto de uma conquista, resultado de uma luta. Mesmo sendo posteriormente criticado por apontar um caminho único de busca pela cidadania, Marshall é um teórico clássico da literatura sobre direitos. Seu grande mérito é o de fazer uma tipologia dos direitos, mostrar que eles só podem surgir a partir de um contexto favorável.

Depois de termos definido sociologicamente o conceito de cidadania com o apoio de dois clássicos na literatura de direitos, partiremos agora para uma interpretação do caso brasileiro mais especificamente. Vale lembrar que um dos principais consensos nessa literatura é que a cidadania no Brasil está em constante processo, com diversos avanços e retrocessos ao longo de nossa história política.

José Murilo de Carvalho é um autor bastante importante nessa discussão por ter analisado a trajetória da conquista da cidadania no Brasil. Antes de reconstituí-la, vale lembrar que o autor nos chama atenção para o fato de que há uma discrepância entre a detenção dos direitos e sua prática, sua vivência por parte dos cidadãos. Por isso, não podemos afirmar que no Brasil haja uma experiência de cidadania completa. Isso aconteceria caso todos os três tipos de direitos – civis, políticos e sociais – identificados por Marshall fossem garantidos pelo Estado de forma universalizada e inalienável.

A trajetória dos direitos no Brasil tem início com a formação do Estado Nacional, principal concedente de direitos. O autor chama atenção para uma especificidade do caso brasileiro que difere diretamente do inglês, descrito por Marshall. Os direitos não são frutos uma conquista popular, ou de uma reivindicação ou luta por parte da sociedade. O Estado ganha a figura de doador de direitos. Os direitos políticos, por exemplo, durante a República Velha estavam nas mãos de oligarquias políticas. A população trabalhadora e analfabeta se via à margem. Em seguida, com as ditaduras da

Era Vargas e militar os cidadãos foram novamente privados do direito de escolher seus representantes governamentais. Esses exemplos mostram a fragilidade da cidadania brasileira, onde os direitos não são inalienáveis e indissociados como deveriam ser.

Carvalho mostra que o brasileiro não teve a vivência de um direito adquirido, sendo assim, a população não se sente portadora efetivamente desses direitos. Não temos Sujeitos de Direitos. O autor qualifica nossa cidadania como sendo uma cidadania “de cima para baixo”, por isso ele acredita que seja mais condizente falar em uma Estadania. Nessa mesma linha de pensamento, Wanderley Guilherme dos Santos fala em uma “cidadania regulada”.

Outros autores que tratam da questão da cidadania no Brasil identificaram essa característica apontada por José Murilo de Carvalho. O antropólogo Roberto DaMatta em seu livro *A Casa e A Rua* faz uma comparação entre a relação entre indivíduos no Brasil e nos Estados Unidos. Um de seus argumentos é de que no caso brasileiro os indivíduos são hierarquicamente valorizados. Ou seja, os cidadãos não são relacionalmente falando iguais. Existe uma diferenciação individual seja por status, ocupação profissional ou até mesmo parentesco. Com essa constatação, o autor distingue um individualismo positivo – onde o Estado assegura um mínimo de igualdade – de um individualismo negativo – onde relações pessoais prevalecem em detrimento do previsto legalmente.

O que se pode deduzir de mais relevante no que concerne a história da cidadania no Brasil é que diferentemente do caso anglo-saxão descrito acima por Marshall, não temos notícia de um embate popular com inspirações cívicas tenha motivado o surgimento desses direitos. Além de não lutarem pela sua conquista, a sociedade ainda busca subterfúgios para burlá-los como mostra DaMatta. Desta forma, existe uma distância entre a teoria e a prática no que diz respeito aos direitos no Brasil. Enquanto uma Constituição prega a igualdade e universalização de direitos, a vivência social a contraria. A autora Ângela Paiva diria que sofremos, no Brasil, do mal da “esquizofrenia social”.

Uma parte do questionário foi dedicada a capturar as impressões dos jovens sobre questões relacionadas à cidadania. Uma das perguntas pedia uma definição do que é ser cidadão. O fenômeno mais impressionante constatado nessa pergunta é que 51,7% dos estudantes de escola pública associam cidadania à ilusão ou a ser consumidor.

Ser cidadão é...

|                                | Rede pública | Rede pública de excelência | Rede particular |
|--------------------------------|--------------|----------------------------|-----------------|
| Exercer cargo político         | 18,3         | 0,5                        | 21,7            |
| Participação política e social | 17,7         | <b>45,1</b>                | <b>33,6</b>     |
| Ser consumidor                 | <b>31,1</b>  | 8,5                        | <b>19,0</b>     |
| Ilusão                         | <b>20,6</b>  | 2,8                        | 10,1            |
| Ser honesto                    | 7,1          | 15,0                       | 6,4             |
| Difícil no Brasil              | 5,1          | <b>26,8</b>                | 8,7             |

|               |   |     |     |
|---------------|---|-----|-----|
| Não respondeu | - | 1,4 | 0,5 |
|---------------|---|-----|-----|

Outra disparidade entre as redes de ensino pode ser constatada na tabela abaixo que indaga sobre a consciência dos deveres que os jovens têm. De acordo com as respostas, 20% dos alunos afirma não se importar com os direitos. Essa indiferença e desconhecimento dos direitos e deveres é provada na questão seguinte do questionário. Trata-se de uma questão aberta que pede que os entrevistados citem dois deveres e dois direitos. Em relação aos deveres, os alunos como um todo souberam preencher as duas lacunas. A maior parte das respostas mencionou o voto. Já no que concerne aos direitos, muitos não souberam citar dois direitos. E as respostas se resumiam, em grande parte, a direitos sociais como educação, saúde, e questões mais subjetivas, como respeito, dignidade.

Você tem consciência dos seus deveres?

|                | Rede pública | Rede pública de excelência | Rede particular |
|----------------|--------------|----------------------------|-----------------|
| Sim            | 30,6         | 34,3                       | 33,2            |
| Um pouco       | <b>23,7</b>  | <b>57,3</b>                | <b>41,0</b>     |
| Não sabe       | <b>25,7</b>  | 6,6                        | 16,0            |
| Não se importa | <b>20,0</b>  | 1,4                        | 9,8             |
| Não respondeu  | -            | 0,5                        |                 |

Essa visão da rede pública do voto como um dever fica mais evidente na tabela abaixo:

Considera o voto

|                       | Rede pública | Rede pública de excelência | Rede particular |
|-----------------------|--------------|----------------------------|-----------------|
| Um direito importante | 38,3         | <b>51,2</b>                | <b>54,9</b>     |
| Obrigatoriedade é boa | 8,6          | 7,5                        | 7,1             |
| Deveria ser opcional  | <b>43,7</b>  | <b>30,5</b>                | <b>34,3</b>     |
| Não adianta votar     | <b>9,1</b>   | <b>8,9</b>                 | 2,1             |

|               |     |     |     |
|---------------|-----|-----|-----|
| Não respondeu | 0,3 | 1,9 | 1,6 |
|---------------|-----|-----|-----|

### 3) Cultura cívica

Para entender a importância sociológica de uma sociedade que estimula uma cultura do civismo entre seus cidadãos nos apoiamos nos estudos dos autores Alexis de Tocqueville, francês, e Robert Putnam, italiano.

Em seu livro *Democracia na América*, uma análise da sociedade norte-americana, Tocqueville chama a atenção à tendência à formação de associações e descentralização de poderes nos EUA. Segundo ele, essas características levam à uma sociabilidade mais horizontal, igualitária entre os cidadãos, favorecendo o exercício pleno da democracia.

Putnam analisou os tipos de comunidades cívicas na Itália nos meados do século XX. Para ele o grau de civismo de uma sociedade podem se medir pelos seguintes aspectos:

- Participação política
- Igualdade política
- Solidariedade
- Confiança / Tolerância
- Associativismo / Cooperação

Putnam explica que nas comunidades com baixo grau de civismo se observa mais corrupção política, mais desconfiança – institucional e interpessoal – e mais insegurança. Por isso, segundo ele “a felicidade mora numa comunidade cívica”.

Para medir a percepção dos jovens cariocas sobre a cultura cívica, os questionamos sobre a confiança nas instituições. Os dois extremos foram a família e os políticos. Mais de 90% dos jovens afirmam ter muita confiança na família enquanto 87,5% tem pouca ou nenhuma confiança nos políticos.

#### Confiança na família

|               |             |
|---------------|-------------|
| Muita         | <b>90,8</b> |
| Alguma        | 6,5         |
| Pouca         | 1,8         |
| Nenhuma       | 0,5         |
| Não respondeu | 0,4         |

Confiança nos políticos

|               |             |
|---------------|-------------|
| Muita         | 1,0         |
| Alguma        | 11,5        |
| Pouca         | <b>41,3</b> |
| Nenhuma       | <b>46,2</b> |
| Não respondeu | -           |

Não consideramos pertinente desagregar os dados das tabelas acima, já que não foram percebidas diferenças significativas entre as redes de ensino. Por outro lado, a confiança na Igreja separa claramente os jovens de escola pública e os da rede pública de excelência e da rede particular, conforme tabela a seguir:

Confiança na Igreja

|               | Rede pública | Rede pública de excelência | Rede particular |
|---------------|--------------|----------------------------|-----------------|
| Muita         | <b>49,3</b>  | 19,7                       | 12,8            |
| Alguma        | <b>26,1</b>  | 29,6                       | 31,9            |
| Pouca         | 17,8         | 22,1                       | <b>30,3</b>     |
| Nenhuma       | 6,3          | <b>27,2</b>                | <b>23,9</b>     |
| Não respondeu | 0,6          | 1,4                        | 1,1             |

A avaliação da política enquanto instituição mostrou uma unidade entre as redes de ensino, muito descrentes da eficiência desses profissionais. Em média, 50% dos jovens – sem distinção de redes de ensino – acreditam que a política serve aos interesses pessoais dos políticos.

Avaliação da política

|   | Rede pública | Rede pública de excelência | Rede particular |
|---|--------------|----------------------------|-----------------|
| Serve aos interesses pessoais dos políticos | 55,7         | 55,9                       | 44,9            |
| A maioria é eficiente                       | 11,7         | 0,9                        | 5,9             |
| A maioria é demagoga                        | 24,3         | 26,3                       | 26,1            |
| Cada sociedade tem os políticos que merece  | 8,0          | 7,5                        | 9,6             |
| Outro                                       | 0,3          | 8,5                        | 12,1            |
| Não respondeu                               | -            | 0,9                        | -               |

Esse sentimento pode ser melhor observado no diálogo de um grupo focal realizado em uma escola da rede pública de excelência.

- *digamos: tem uma cara de direita e outro de esquerda. Eles se elegem, a gente crente que vai mudar, que vai fazer e acontecer e não acontece nada! (...) Não tem diferença de partido. Eles estão preocupados com eles mesmos, em ganhar dinheiro, ir lá fazer a campanha dele e ir embora, só pra continuar no poder.*
- *- E até o cara que tem uma visão correta, se chega lá, os outros tratam de desembarcar o cara.*
- *- Eu acho que não são todos os políticos que são corruptos. Os melhores não conseguem convencer o povo.*
- *- Bom, eu não tenho confiança na política, mas sabe por quê? Há pouco tempo teve um noticiário na TV: milhões de brasileiros sobrevivem com salário mínimo. Depois eu pego o jornal pra ler e ta lá: aumento do salário mínimo é barrado pelo Congresso. Pô, eles ganham os maiores salários do Brasil, não têm do que reclamar, não tão fazendo nada do que devem fazer e ainda querem roubar o dinheiro do nosso país? A gente não tem educação, não tem saúde, como é que a gente vai confiar neles?*
- *- As pessoas estão mais individualistas e o cara ele quer o cargo, mas aquele cargo foi feito pra beneficiar a população de uma forma geral, mas ele não pensa nisso, ele vê o cargo como uma forma de se beneficiar, ele vai ganhar dinheiro, não importa o partido.*

**Considerações finais**

As informações descritas acima oferecem uma boa noção sobre o perfil dos jovens pesquisados e sobre algumas outras questões relevantes ligadas ao debate da conquista de uma cidadania e exercício da cultura do civismo. Podemos dizer que a participação dos jovens na vida associativa é baixa, principalmente porque eles parecem não estar habituados às práticas de organização coletiva democrática. Os alunos se demonstram bastante incomodados e com vontade e força para a ação transformadora. Entretanto, parece que a dificuldade encontrada por eles é conseguir dar vazão às suas inquietações através de canais e instituições que lhes sejam confiáveis e que lhes façam sentido. Por isso, ao analisarmos o quanto os jovens confiam em determinadas instituições, pudemos perceber que é nas instituições relativas às suas vidas pessoais que eles mais confiam as instituições que representam a esfera pública são vistas de forma bastante negativa, com exceção das ONGs, que, mesmo servindo ao interesse público, é mais um canal alternativo de ação, como um canal da sociedade civil.

### **Referências**

- BOURDIEU, Pierre *Questões de Sociologia*
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963]
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1990.
- CARVALHO, J. M. *A Construção da Cidadania*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1993.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- REIS, Elisa. *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- SANTOS, W. G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TELLES, Vera da Silva. *Sociedade Civil e construção dos espaços públicos*. In: Anos 90: política e sociedade no Brasil. DAGNINO, Evelina. (org). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. São Paulo: Edusp, 1989.